



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

208

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0287954-9

IMPETRANTE: Fernando Cavalcanti Valentim da Silva

IMPETRADO: Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR DENUNCIADO EM PROCESSO CRIME. PROMOÇÃO PARA O GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE DO ART. 21, XII DA LC Nº 134/2008. SEGURANÇA DENEGADA. 1. De início, afasta-se a preliminar de que a impetração seria dirigida contra lei em tese, uma vez que o impetrante se insurge, ainda que em caráter preventivo, contra efeitos concretos da Lei Complementar Estadual nº 134/2008, que veda a inclusão de militares denunciados em processo crime no quadro de acesso à promoção. 2. Como visto, pretende o impetrante assegurar a sua promoção para o grau hierárquico superior, na hipótese de ser convocado para o Curso de Formação de Sargento (no qual se encontrava na condição de suplente), e concluí-lo com aproveitamento, em virtude de responder a processo crime e a legislação de regência vedar a promoção de praças em casos que tais. 3. Deveras, conforme se verifica dos documentos coligidos pela douta Procuradoria de Justiça, o impetrante veio a ser matriculado no Curso de Formação de Sargento PM do ano 2013 e impedido de ser promovido para o grau superior, por se enquadrar na previsão do art. 21, IV e XII da Lei Complementar nº 134/2008. 4. A par da presunção de constitucionalidade de que gozam as leis em geral, verifica-se que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que dispositivos desse jaez não violam o princípio da presunção da inocência. 5. De maneira semelhante, o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de ser legítima a disposição ordinária que prevê a exclusão de militar do quadro de acesso a promoções por ter sido denunciado na esfera criminal (Recurso Extraordinário nº 141.787/MT, Relator: Ministro Moreira Alves). 6. Nessa ordem de idéias, e considerando que o próprio impetrante demonstrou ter sido denunciado pelo Ministério Público por delito penal militar, no bojo do processo nº 001.2009.101697-6, ainda em trâmite na Vara da Justiça Militar (cf. informação colhida no sistema de acompanhamento processual deste Tribunal), é de rigor que se reconheça a legalidade da sua não inclusão em quadro de acesso à promoção, nos termos do art. 21, XII, da Lei Complementar nº 134/2008, regra essa cuja legitimidade é reconhecida pela jurisprudência dos Tribunais Superiores. 7. Como visto, tal previsão não é incompatível com o princípio da presunção da inocência, insculpido no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, tendo em vista que o referido dispositivo não adota nenhuma presunção de culpa, mas apenas exige, como condição para promoção do militar, conduta compatível com o exercício das funções e com a ascensão pretendida dentro da Corporação, sendo certo, ademais, que a LC nº 134/2008, em seu art. 16, assegura aos militares absolvidos por negativa de autoria, excludente de ilicitude ou inexistência de fato típico o direito à promoção por ressarcimento de preterição. 8. Segurança denegada, à unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

209.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 0287954-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em denegar a segurança, nos termos do voto do relator que integra o acórdão.

Recife, 08 de outubro de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0287954-9

IMPETRANTE: Fernando Cavalcanti Valentim da Silva

IMPETRADO: Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Mandado de Segurança** com pedido de liminar impetrado por **Fernando Cavalcanti Valentim da Silva** contra ato do **Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco**, objetivando a concessão da segurança para que o impetrante, na hipótese de ser convocado para o Curso de Formação de Sargento PMPE/2010, e de concluí-lo com aproveitamento, seja promovido à graduação de 3º Sargento PM.

Na petição inicial, sustenta o impetrante, em suma, **(i)** que foi convocado para inspeção de saúde e teste de aptidão física do Curso de Formação de Sargento PMPE/2010, na condição de suplente; **(ii)** que responde a processo crime ainda pendente de julgamento junto à Vara da Justiça Militar de Pernambuco, por suposta incursão no art. 242, § 2º, I e II do Código Penal Militar e **(iii)** que tal circunstância poderá impedi-lo de ser promovido à graduação de "Terceiro-Sargento PM", caso seja convocado e conclua o referido curso com aproveitamento, em face da previsão constante do art. 21, XII da LC nº 134/2008, que veda a inclusão em quadro de acesso à promoção dos praças denunciados em processo crime, o que violaria o princípio constitucional da presunção de inocência.

Requer, assim, que lhe seja assegurado, preventivamente, a promoção para a graduação hierárquica superior, de "Terceiro-Sargento PM", caso seja convocado para o Curso de Formação de Sargento e obtenha êxito na sua conclusão.

Nas informações de fls. 129/137, a autoridade coatora averbou, em preliminar, estar-se diante de impetração contra lei em tese, o que é vedado pela Súmula nº 266 do STF; no mérito, alegou, em suma, que os arts. 15 e 16 da LC nº 134/2008 garantem aos militares que respondam a processo crime a possibilidade de promoção em ressarcimento de preterição, na hipótese de ocorrer a impronúncia ou a absolvição por inexistência de fato típico, excludente de ilicitude ou negativa de autoria, e que a exclusão temporária de militares do quadro de acesso à promoção, em casos como o do impetrante, tem legítima razão de ser em face da natureza da atividade e da disciplina militares.

Às fls. 163/164, o Estado de Pernambuco informou que o impetrante foi convocado para realizar inspeção de saúde na condição de suplente, no âmbito do processo seletivo interno antecedente à matrícula no Curso de Formação de Sargento PM, pelo que a sua participação no referido curso estaria condicionada à desistência ou exclusão de algum dos participantes; e a sua eventual promoção, ao atendimento de todos os requisitos previstos no art. 17 da LC nº 138/2004, dentre os quais a necessidade de configurar em quadro de acesso à promoção.

2044



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

O membro do *Parquet* com assento neste Tribunal ofertou parecer às fls. 191/196, opinando pela denegação da segurança.

É o relatório no essencial.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Assinatura manuscrita de Francisco Bandeira de Mello.

Des. Francisco Bandeira de Mello

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

210.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0287954-9
IMPETRANTE: Fernando Cavalcanti Valentim da Silva
IMPETRADO: Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

De início, afasto a preliminar de que a impetração seria dirigida contra lei em tese, uma vez que o impetrante se insurge, ainda que em caráter preventivo, contra os efeitos concretos da aplicação da Lei Complementar Estadual nº 134/2008, que veda a inclusão de militares denunciados em processo crime no quadro de acesso à promoção.

Como visto, pretende o impetrante assegurar a sua promoção para o grau hierárquico superior, na hipótese de ser convocado para o Curso de Formação de Sargento (no qual se encontrava na condição de suplente), e concluí-lo com aproveitamento, em virtude de responder a processo crime e a legislação de regência vedar a promoção de praças em casos que tais.

Deveras, conforme se verifica dos documentos coligidos pela douta Procuradoria de Justiça, às fls. 197/200, o impetrante veio a ser matriculado no Curso de Formação de Sargento PM do ano 2013 e impedido de ser promovido para o grau superior, por se enquadrar na previsão do art. 21, IV e XII da Lei Complementar nº 134/2008, que dispõem, *in verbis*:

“Art. 21 - Não será incluído em QA o graduado que:

(...)

IV - estiver submetido a Conselho de Disciplina ou Processo de Licenciamento, enquanto não houver decisão favorável, no âmbito administrativo;

(...)

XII - for denunciado em processo crime, enquanto a sentença não transitar em julgado, exceto quando o seu ingresso em quadro de acesso for aprovado por voto, devidamente fundamentado, por 2/3 (dois terços) dos membros integrantes da Comissão de Promoção de Praças-CPP”.

A par da presunção de constitucionalidade de que gozam as leis em geral, verifico que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que dispositivos desse jaez não violam o princípio da presunção da inocência, consoante os precedentes a seguir colacionados:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

211.

ADMINISTRATIVO - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - POLICIAIS MILITARES - QUADRO DE ACESSO PARA PROMOÇÕES DE PRAÇAS - EXCLUSÃO - POSSIBILIDADE - DENUNCIADOS EM PROCESSO NA ÁREA PENAL - INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À GARANTIA DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1 - Falece direito aos recorrentes de terem seus nomes incluídos no Quadro de Acesso para as Promoções de Praças da Polícia Militar do Estado da Paraíba. Isto porque, estando os mesmos sub judice, não preenchem o requisito contido no art. 31, nº 2, do Decreto Estadual nº 8.463/80. Ademais, são inúmeros os pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Superior de Justiça no sentido de que a exigência do supracitado requisito não viola a Garantia Constitucional da Presunção de Inocência, prevista no art. 5º, LVII, da Carta Magna. Ausência de liquidez e certeza a amparar a pretensão.

2 - Precedentes (STF, RE nºs 356.119/RN e 245.332/CE; STJ, ROMS nºs 10.893/CE, 12.848/RS, 11.440/RR e MS nº 3.777/PA).

3 - Recurso conhecido, porém, desprovido. (RMS 16812 / PB, Re. Min. Jorge Scartezzini, Quinta Turma, DJ 08.03.2004, p. 284)

ADMINISTRATIVO. MILITAR DO EXÉRCITO. EXCLUSÃO DO QUADRO DE ACESSO À PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE E MERECIMENTO. LEI Nº 5.821/72. DECRETO Nº 3.998/2001. LEGALIDADE DO ATO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA PRESUNÇÃO DA INOCÊNCIA, RESERVA LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.

I - A promoção é direito dos militares, sendo certo que esta somente ocorrerá quando o oficial preencher os requisitos previstos na Lei nº 5.821/73, bem como no Decreto regulamentador. Na hipótese dos autos, o impetrante não preencheu os requisitos previstos na Lei de regência, motivo pelo qual foi excluído, temporariamente, do Quadro de Acesso.

II - A exclusão de militar do Quadro de Acesso às Promoções em face de indiciamento em Inquérito Policial Militar não configura violação ao princípio da presunção de inocência, insculpido no art. 5º, LIV da Constituição Federal. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Ainda, a referida exclusão não resulta de um processo administrativo destinado a examinar qualquer ato faltoso, mas apenas à análise de elementos objetivos, previstos na legislação, que determinam a inclusão ou exclusão do oficial na lista para a promoção, motivo pelo qual prescinde de contraditório e ampla defesa.

III - A aplicação do Decreto nº 3.998/2001 no caso dos autos não configura ofensa ao princípio da reserva legal, sendo certo que houve apenas explicitação de norma já constante na Lei nº 5.821/72. Ademais, ainda que se entendesse inaplicável o Decreto, a própria Lei em comento disciplinou os requisitos para o ingresso no Quadro de Acesso - artigo 15, bem como a possibilidade de exclusão de oficial que tenha sido nele incluído indevidamente - art. 35, § 3º.

IV - Ordem denegada. (MS 8329 / DF, Rel. Min. Gilson Dipp, Terceira Seção, DJ 09.12.2003, p. 206)

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDORES MILITARES ESTADUAIS RESPONDENDO A PROCESSO PENAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR. INCLUSÃO NO QUADRO DE ACESSO A PROMOÇÕES. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

É firme a jurisprudência dos Tribunais Superiores no sentido de que, estando os respectivos militares respondendo a processo penal, ainda que não tenha havido a condenação, são





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

212.

impossibilitados de participar da lista de acesso a promoções e que a legislação ordinária que assim determina não viola a garantia constitucional da presunção de inocência.

Recurso desprovido. (RMS 17064 / PB, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 27.09.2004, p. 373)

De maneira semelhante, o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de ser legítima a disposição ordinária que prevê a exclusão de militar do quadro de acesso a promoções por ter sido denunciado na esfera criminal (Recurso Extraordinário nº 141.787/MT, Relator: Ministro Moreira Alves), *in verbis*:

Ementa: Policial militar. Promoção. Alegação de ofensa ao artigo 5º, LVII, da Constituição.

- Esta Primeira Turma, ao julgar o RE 210.363, que tratava de questão análoga à presente (era relativa a não poder ser incluído no quadro de acesso a promoção por estar o militar "*sub iudice*"), decidiu que inexistia a alegada ofensa ao artigo 5º, LVII, da Constituição, por se circunscrever essa norma ao âmbito penal, não impedindo, portanto, que a legislação ordinária não admita a inclusão do militar no quadro de acesso a promoção por ter sido denunciado em processo crime, enquanto a sentença final não transitar em julgado.

Dessa orientação não divergiu o acórdão recorrido.

Recurso extraordinário não conhecido.

Nessa ordem de idéias, e considerando que o próprio impetrante demonstrou ter sido denunciado pelo Ministério Público por delito penal militar, no bojo do processo nº 001.2009.101697-6 (fls. 21/25), ainda em trâmite na Vara da Justiça Militar (cf. informação colhida no sistema de acompanhamento processual deste Tribunal), é de rigor que se reconheça a legalidade da sua não inclusão em quadro de acesso à promoção, nos termos do art. 21, XII, da Lei Complementar nº 134/2008, **regra essa cuja legitimidade é reconhecida pela jurisprudência dos Tribunais Superiores.**

Como visto, tal previsão não é incompatível com o princípio da presunção da inocência, insculpido no art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, tendo em vista que o referido dispositivo não adota nenhuma presunção de culpa, mas apenas exige, como condição para promoção do militar, conduta compatível com o exercício das funções e com a ascensão pretendida dentro da Corporação, sendo certo, ademais, que a LC nº 134/2008, em seu art. 16, assegura aos militares absolvidos por negativa de autoria, excludente de ilicitude ou inexistência de fato típico o direito à promoção por ressarcimento de preterição.

Ante o exposto, considerando a ausência dos requisitos de liquidez e certeza do direito invocado, **denego a segurança** requestada.

Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF.

Recife, 08 de outubro de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator